



ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NOS ASSENTAMENTOS MARIA VITÓRIA E NOVA ESPERANÇA EM GARARU/SE

Jeferson Marques da Silva ¹

RESUMO

Além de lutar pela conquista da terra os moradores de assentamentos precisam buscar condições que permitam a sua permanência. Este trabalho visa analisar as estratégias que os moradores dos assentamentos Maria Vitória e Nova Esperança no município de Gararu/SE vêm desenvolvendo para se reproduzirem socioeconomicamente. A metodologia foi segmentada em três fases, com o levantamento bibliográfico, a análise de dados institucionais e trabalho de campo. Como resultados, evidenciamos semelhanças e diferenças entre as ações/estratégias desenvolvidas nos assentamentos. Em ambos identificamos a estreita relação com a terra como meio de reprodução da vida nesses territórios. No entanto, somente os moradores do assentamento Nova Esperança comercializam seus produtos em feiras e com a Secretaria Municipal de Educação do município através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, identificando assim, uma ação estatal que fomenta a agricultura familiar.

Palavras-chave: Assentamentos; Reprodução socioeconômica, Soberania alimentar, Permanência na terra, PNAE.

ABSTRACT

In addition to fighting for the conquest of land, the inhabitants of settlements need to seek conditions that allow for their permanence. This work aims to analyze the strategies that residents of the settlements Maria Vitória and Nova Esperança in the municipality of Gararu/SE have been developing to reproduce socioeconomically. The methodology was divided into three phases, with a bibliographic survey, institutional data analysis and fieldwork. As a result, we show similarities and differences between the actions/strategies developed in the settlements. In both, we identified the close relationship with the land as a means of reproducing life in these territories. However, only the residents of the Nova Esperança settlement sell their products at fairs and with the Municipal Education Department through the National School Feeding Program – PNAE, thus identifying a state action that encourages family farming.

Keywords: Settlements; Socioeconomic reproduction, Food sovereignty, Permanence on land, PNAE.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Curso de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/UFS da Universidade Federal de Sergipe - UFS, escorialjms@yahoo.com.br;



No Brasil, os problemas referentes à questão agrária, por longos anos, vêm fazendo parte das discussões e pesquisas desenvolvidas na academia. Na conjuntura política e econômica atual vários são os desafios enfrentados no campo. E, estes desafios se intensificam a partir da instituição de políticas agrícolas que priorizam um projeto de desenvolvimento rural baseado no paradigma agroexportador adotado e patrocinado pelo estado brasileiro, em contraposição a essa lógica emergem modelos agroalimentares alternativos, que se opõem aos mercados agroexportadores convencionais. Estas políticas intensificaram as problemáticas já conhecidas do espaço rural, tais como: concentração de terra e renda, expropriação do trabalhador, migração, dissolução das práticas agroalimentares tradicionais, dentre outras questões que fazem parte do novo repertório da velha questão agrária brasileira.

No entanto, apesar do avanço do modo de produção capitalista, que ameaça a segurança alimentar e nutricional de várias comunidades, observa-se diversos segmentos da sociedade civil que lutam contra a hegemonia deste sistema. Os movimentos sociais com as ações desenvolvidas vinculadas a valorização da agricultura familiar camponesa lutam pelos seus direitos, assim como são os responsáveis pela produção de alimentos contribuem para assegurar a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. É nessa perspectiva que a presente pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos: Como vivem os moradores dos assentamentos Maria Vitória e Nova Esperança no município de Gararu? Quais são as políticas públicas que apoiam os assentados? Quais são as estratégias de resistência para permanecer na terra?

Diante dessas considerações, o objetivo do presente artigo é evidenciar as ações/estratégias que os moradores dos assentamentos Maria Vitória e Nova Esperança no município de Gararu/SE vêm desenvolvendo para se reproduzirem socioeconomicamente. No que tange aos procedimentos metodológicos, as etapas constituíram em: revisão bibliográfica; levantamento de dados de fonte secundária em algumas instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Municipal de Educação de Gararu (SMEG) e Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) desse município; e coleta de dados de fonte primária com a realização de pesquisa de campo.

A estrutura do artigo é composta por duas seções além da introdução, da metodologia e das considerações finais, tratando-se na primeira parte sobre a estrutura fundiária brasileira, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e as lutas empreendidas por esse movimento para permanecer na terra. Já na segunda parte, apresentamos uma breve caracterização do município de Gararu, destacando a sua produção agrícola, os repasses feitos de Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE por meio do Programa Nacional



de Alimentação Escolar – PNAE e os seus rebatimentos nas estratégias desenvolvidas pelos moradores dos assentamentos pesquisados.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada é um recorte da dissertação de mestrado que encontra-se em curso. A leitura do objeto de estudo proposto nesta pesquisa seguirá os parâmetros de uma pesquisa qualitativa, pois concordamos com Godoy (1995) quando ela defende que esse tipo “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

O primeiro passo metodológico dado foi o levantamento bibliográfico de textos de autores que abordam temáticas discutidas no artigo, tais como: estrutura agrária brasileira, os movimentos de luta pela terra, a produção de alimentos e as políticas públicas voltadas para os camponeses assentados.

Num segundo momento, realizou-se a busca de dados secundários em instituições como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Municipal de Educação de Gararu - SMEG e Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE do município de Gararu/SE. Também foram realizadas, por meio do trabalho de campo, entrevistas com os agricultores dos assentamentos pesquisados.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA E AS LUTAS PELA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA EM ASSENTAMENTOS

A concentração de terra é um marco característico da estrutura fundiária brasileira que remonta ao período colonial. Segundo Alentejano, ela é “iniciada com o instrumento colonial das sesmarias e intensificada pela Lei de Terras de 1850, a concentração fundiária segue sendo uma marca do campo brasileiro”. (ALENTEJANO, 2011, p. 71). Igualmente histórico é o processo de luta pela terra. Autores como Fernandes (1999) defende que o processo de luta pela terra é inerente ao processo de formação do Brasil. Nesse contexto concordamos com ele ao afirmar que:

[...]. A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu,



há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. (FERNANDES, 1999, p. 15).

Dentre as formas de organização política camponesa, o exemplo emblemático, as Ligas Camponesas, cuja formação se deu por volta de 1945, conformou a luta dos camponeses contra a expulsão da terra e defendiam uma “[...] reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações” (FERNANDES, 1999, p. 23). As Ligas foram violentamente reprimidas. No entanto, apesar do contexto marcado por uma política de repressão violenta, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, que desde a sua formação, fez oposição ao modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que os governos militares implantaram.

Inicia-se no Brasil as lutas pela terra implementado por esse movimento social, entre 1985 e 1990 ele se territorializou por dezoito estados. Em Sergipe, seu processo de formação também foi marcado por lutas e conflitos pela terra e acontece a partir das discussões travadas no Primeiro Congresso do MST.

Em vários municípios foram desenvolvidas ações com o objetivo da formação do movimento no território sergipano. Foram realizadas ocupações em alguns municípios como por exemplo, a ocupação da fazenda Barra da Onça em Poço Redondo, 1985, da fazenda Borda da Mata em Canhoba, 1986 e a da fazenda Monte Santo no município de Gararu, 1987. “A ocupação da fazenda Monte Santo que resultou na conquista do assentamento Nova Esperança marcou o início do processo de consolidação do MST em Sergipe”. (FERNANDES, 1999, p. 96).

Durante o processo de formação do território brasileiro percebemos a constituição e a consolidação da propriedade capitalista da terra. Com a Lei de Terras este tipo de propriedade é oficializado e a partir daí a terra passa a ser adquirida mediante compra e venda. Nesse ínterim, houve a desapropriação do camponês e a submissão da terra à lógica econômica de exploração imposta pelo capital.

Efetiva-se a transformação da terra em mercadoria, uma mercadoria inacessível a grande parte da população. Ela se constitui “uma mercadoria de tipo especial, uma mercadoria que, ao contrário das demais, não se constitui em um produto de trabalho humano”. (OLIVEIRA, 2007, p. 62-63). Martins assevera que a terra é um instrumento fundamental da produção no campo que não pode ser criado pelo trabalho e que a sua propriedade se constitui um obstáculo a livre



circulação e reprodução do capital que só pode ser removido mediante o pagamento da renda fundiária (MARTINS, 1981), renda essa que é produto do trabalho excedente.

Oliveira (2007), fundamentado em Marx, apresenta os diferentes tipos de renda da terra tanto no modo de produção capitalista – diferencial, absoluta e de monopólio - quanto a renda da terra pré-capitalista ou camponesa, classificada em: renda da terra em trabalho, em produto e em dinheiro. É em busca da renda que o capitalista tenta se apropriar da terra.

Os objetivos que levam capitalistas e lavradores a lutar pela conquista da terra são opostos. “Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra”. (MARTINS, 1981, p. 176).

Com a expropriação dos camponeses de suas terras é por meio das ocupações que os sem-terra realizam que eles buscam minimizar o processo de exclusão e se ressocializam, construindo sua própria existência (FERNANDES, 2000). No entanto, esta luta não é a única que é travada no espaço agrário brasileiro. Conforme o autor supracitado, após a conquista da terra várias outras são implementadas com o objetivo de conquistar o direito por: crédito agrícola, escola no assentamento, moradia, estradas, transporte coletivo, energia elétrica, saúde, além da busca pela autonomia na produção de alimentos, que proporcionariam a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço desses enfrentamentos pela cidadania.

Além das lutas já mencionadas, os movimentos camponeses, com o objetivo de manter seus hábitos alimentares e as práticas de produção de alimentos, aliados a Via Campesina buscam desenvolver estratégias em favor da soberania alimentar, em contraposição ao modelo de produção implantado a partir da Revolução Verde, que passa a questionar os resultados alcançados pela agricultura de bases tradicionais e que é defendido pelas grandes corporações agroindustriais que visam o monopólio do capital. Afetando assim, segundo Peixoto e Oliveira, duas importantes dimensões:

[...] as alternativas locais de reprodução social e econômica com suas formas de produção, e a sociobiodiversidade local, o que compreende tanto a diversidade cultural como a biológica. Em síntese, tem-se como consequência a descaracterização dos “saberes e fazeres” das comunidades camponesas, porque contemplam tanto a dimensão produtiva quanto a diversidade sociocultural. (PEIXOTO; OLIVEIRA, 2020).

As ações dos movimentos sociais antagônicos ao capital buscam defender “[...] o conjunto de direitos dos povos de definir suas próprias políticas de agricultura e de alimentação”. (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 11). Para estes autores,



[...] soberania significa que além de ter acesso aos alimentos, o povo, as populações de cada país, tem o direito de produzi-los. E será isso que lhes garantirá a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano. Tenham a garantia de que esses alimentos estão adequados ao seu bioma aonde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 9).

A soberania alimentar ao se opor a padronização dos alimentos imposta por empresas transnacionais que visam altos lucros fortalece, segundo esses autores, “[...] a visão de mundo favorável a uma democratização econômica, social, étnica e de gênero contra hegemônica à neoliberal”. (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 10). Para eles,

[...] A soberania alimentar dá prioridade para as economias locais e aos mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional. Coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante renda digna para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e gestão de nossa terra, de nossos territórios, de nossas águas, de nossas sementes, de nosso gado e da biodiversidade nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres da opressão e desigualdades entre os homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações. (STÉDILE; CARVALHO, 2010, p. 10).

Ela, de acordo com Patel (2009, apud COCA et al, 2020, p. 593), se constitui uma das principais referências no enfrentamento ao processo de mercantilização da comida, característico do capitalismo atual. E está relacionada como a busca pela valorização da comida local. (COCA et al., 2020, p. 594).

Ao fazer uma leitura sobre os hábitos alimentares das comunidades do sertão sergipano Menezes (2013) assevera que, o alimento amplia a sua dimensão, indo além das questões fisiológicas, pois passa a contextualizar também a história de vida dos grupos sociais. Para ela, esta abordagem cultural vincula as estratégias utilizadas desde a produção até o consumo, características consideradas inerentes a esses grupos. Ainda segundo esta autora, as trocas de saberes e as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos nos territórios tradicionais se constituem como meios que proporcionam a permanência destes sujeitos no espaço rural.

Diante dessa conjectura, a necessidade de ampliação e aprofundamento do debate em torno da questão agrária, luta pela terra, produção de alimentos e políticas públicas, se faz necessária e urge nos dias atuais diante dos desafios enfrentados nos assentamentos de reforma agrária para a manutenção da soberania alimentar, a permanência na terra e a reprodução da vida nesses territórios.

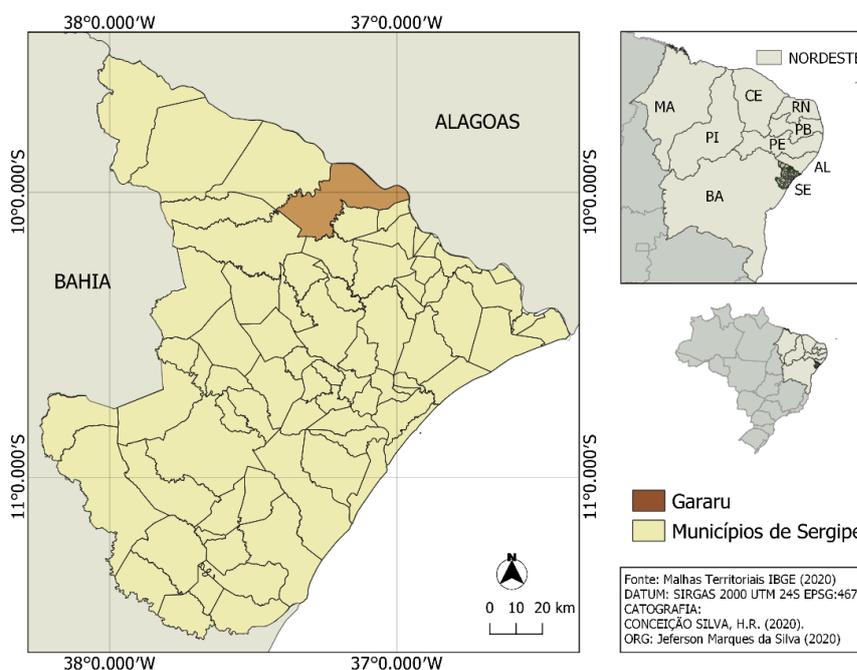


OS CASOS DOS ASSENTAMENTOS MARIA VITÓRIA E NOVA ESPERANÇA

O município de Gararu (MAPA 1) está localizado no norte do Estado de Sergipe, integra o território do Alto Sertão Sergipano e ocupa uma área de 654,129 Km². Limita-se a oeste com os municípios de Porto da Folha e Nossa Senhora da Glória, a sul com Graccho Cardoso, a leste com Itabi e Nossa Senhora de Lourdes e a norte com o Estado de Alagoas.

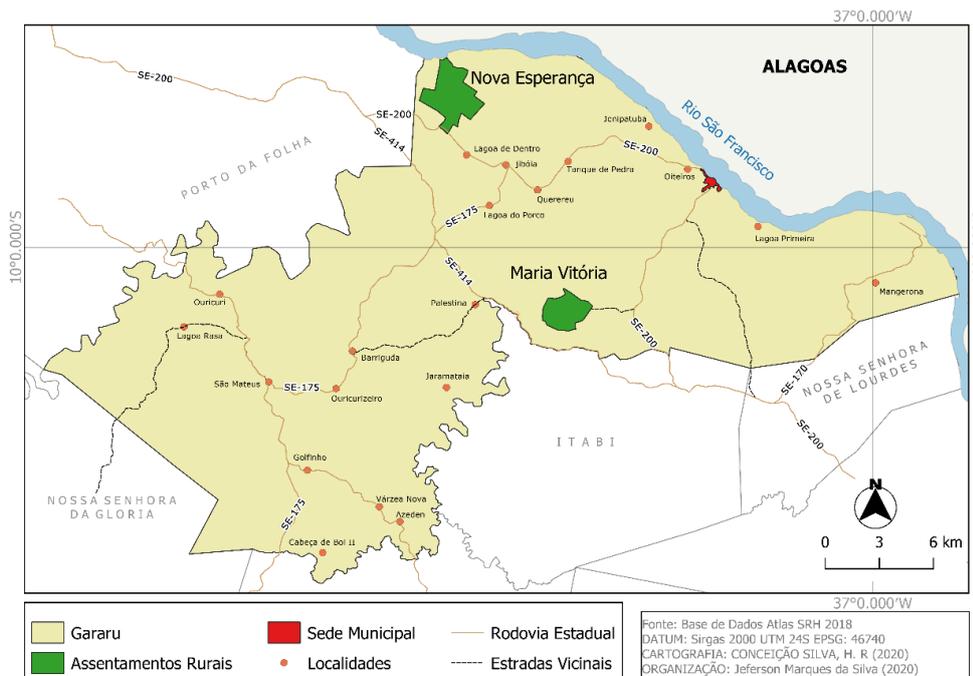
Sua população é estimada em 11.601 habitantes, e a densidade demográfica é de 17,41 hab./ Km².

Mapa 1 – Localização do município de Gararu – SE.



O recorte espacial da pesquisa constitui os assentamentos Maria Vitória – formado por 13 famílias, criado em 20/10/2003 e Nova Esperança – constituído por 40 famílias assentadas, criado em 02/04/1991 (MAPA 2), ambos localizados no município de Gararu.

Mapa 2 – Localização dos assentamentos Maria Vitória e Nova Esperança – Gararu/SE.



A partir da análise dos dados dos censos agropecuários, disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, percebemos que o município de Gararu não ficou de fora da lógica de desenvolvimento do capital. Esta lógica “que prioriza o lucro e a transformação de tudo em mercadoria vendável” (PADILHA, 2006, p. 175) tem ditado às regras no campo brasileiro e o produto do campo não é abordado pelo seu valor de uso, mas pelo seu valor de troca (MARX, 1983).

A tabela 1, por meio dos dados apresentados, evidencia as mudanças ocorridas na produção agrícola do município. Dentre elas, destacamos a redução na produção de arroz, feijão e mandioca, produtos que eram utilizados na alimentação dos seus produtores e abasteciam o município e o crescimento exponencial da palma forrageira e do milho forrageiro, produtos utilizados para alimentar o gado bovino, principalmente. Constatamos assim, o alinhamento da produção agrícola deste município com a política agrícola do Brasil. No entanto, vale lembrar que,

[...]. A substituição dos cultivos tradicionais por *commodities* contribui para o enfraquecimento da autonomia produtiva, da soberania alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados. A alteração da dinâmica produtiva da agricultura familiar, que transformou o alimento em *commoditie*, reduziu às práticas tradicionais camponesas, eliminou a heterogeneidade alimentar dessas comunidades, e paulatinamente reduziu a possibilidade da sua reprodução autônoma. (MENEZES; SILVA; SILVA, 2019, p. 01-20).



Tabela 1 – Principais produtos cultivados no município de Gararu – SE nos períodos: 1995, 2006 e 2017 (toneladas).

Produtos	Período/Quantidade		
	1995-1996	2006	2017
Abóbora	2	X	14
Arroz em casca	83	-	-
Feijão em grão (primeira safra)	42		
Feijão em grão (segunda safra)	963		
Feijão de cor em grão		86	23
Feijão fradinho em grão		15	12
Feijão verde	-	4	4
Mandioca	176	1	7
Milho em grão	6.594	1.690	7.429
Milho em espiga (verde)	1		
Tomate	12		
Milho forrageiro	3.506	622	65.586
Palma forrageira	1.653		35.750

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1995-1996; 2006; 2017). Elaborado. SILVA, J. M., 2021

As alterações que são feitas no espaço rural, quer seja no avanço da modernização agrícola, quer no avanço de novas atividades no seu interior, deixam marcas e modificam a sua estrutura. Essas mutações não acontecem de forma padronizada em todos os espaços, há diferenciações. Menezes salienta que:

Entre as alterações no mundo rural, ocorre a expansão de paradigmas modernos que alteram o uso da terra e da alimentação e, por consequência, geram rupturas. Em meio à “modernização” ou à inserção do uso de técnicas modernas – e embalados por essas mudanças –, os agricultores, em determinados territórios, resgatam atividades enraizadas e (re)inventam produtos (MENEZES, 2013, p. 36).

Além da elevação da produção de *commodities* em detrimento da produção de produtos destinados à alimentação da população, no município de Gararu notamos também alterações nas relações estabelecidas entre as pessoas envolvidas nesse processo. Constata-se o alinhamento crescente ao modelo de produção capitalista, modelo esse que impõe ao trabalhador a sua separação dos meios de produção. Oliveira salienta que



As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p.36).

Nesse contexto, é fundamental analisar o delineamento da agricultura familiar camponesa dessas comunidades pesquisadas no sentido de compreender como ações empreendidas pelo Estado estão influenciando na dinâmica produtiva e na reprodução do modo de vida desses camponeses. Também cabe entender as implicações e alterações causadas a partir da inserção de um novo padrão de produção agrícola, fomentada através das políticas públicas de fomento a agricultura familiar camponesa, nestes territórios.

No processo de análise consideramos as características de cada comunidade e buscamos compreender as suas especificidades, pois comungamos com Teodor Shanin (2005) quando ele defende a indiscutível heterogeneidade dos camponeses. Para este autor, a generalização do conceito de camponês tende a desconsiderar as suas especificidades, pois o campesinato é uma classe social bem diversificada e a desprezar a possibilidade de interação que eles podem estabelecer com a sociedade capitalista. “[...]. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo”. (SHANIN, 2005, p. 5). Dessa forma, compreendemos que os camponeses não estão isolados, alheios a sociedade capitalista e, que mesmo inserido nesta lógica, desenvolvem ações que possibilitam enfrentar os desafios impostos.

É perceptível o contraste nos interesses e nas formas de realização entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa. Enquanto “o campo do agronegócio objetiva a lucratividade, produz pobreza, destruição da natureza, concentração do território [...]. O campo do campesinato objetiva a dignidade da família, o abastecimento dos mercados, [...], produz riqueza”. (RAMOS, 2015, p. 52). Segundo este autor, as demandas desses sujeitos por políticas públicas residem, justamente, nesse antagonismo.

No assentamento Maria Vitória, observamos que, apesar da estreita relação dos assentados com a terra, eles não cultivam alimentos. Sendo assim, a prática da agricultura familiar camponesa não se constitui uma estratégia de reprodução desta comunidade, dependendo exclusivamente do mercado externo.

Já no assentamento Nova Esperança, os moradores, como forma de permanecer nos seus territórios, buscam desenvolver estratégias que viabilizem a sua reprodução socioeconômica a partir da produção de alimentos. São exemplos desses alimentos: milho, abóbora, mandioca,



feijão, quiabo, couve, coentro, cebolinha, alface (figuras 1 a 4). Os alimentos que são cultivados pelos assentados são destinados para o consumo familiar, vendidos em feiras e também são comercializados com a Secretaria Municipal de Educação através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.



Figura 1 – Cultivo de milho.
Acervo de morador da comunidade.



Figura 2 – Cultivo de feijão e mandioca.
Acervo de morador da comunidade.



Figura 3 – Cultivo de alface.
Acervo de morador da comunidade.



Figura 4 – Cultivo de banana.
Acervo de morador da comunidade.

O PNAE está regulamentado pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e tem como objetivos contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, entre outros. Além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos alunos o programa se constitui também uma oportunidade de mercado para os agricultores familiares camponeses. Pois conforme institui essa Lei, no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros repassados ao programa deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Segundo Triches, esta prática de aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares para a alimentação escolar viabiliza novas relações de mercado e, simultaneamente,



“este acesso ao mercado institucional, geraria renda para o agricultor garantir a sua própria segurança alimentar”. (TRICHES, 2005, p. 185).

A tabela 2 traz os valores repassados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar para o município de Gararu nos anos de 2016 a 2020.

Tabela 2 – Repasses do PNAE – FNDE para o município de Gararu.

Ano Exercício	Valor transferido FNDE	Valor aquisições agricultura familiar	Percentual
2016	R\$ 155.114,67	R\$ 56.774,50	36,60%
2017	R\$ 136.814,00	R\$ 64.148,33	46,89%
2018	R\$ 141.658,00	*	*
2019	R\$ 135.206,00	*	*
2020	R\$ 152.127,80	*	*

Fonte: FNDE. Elaborado. SILVA, J. M., 2021 * Sem informação.

Apesar da ausência de dados sobre o valor destinado a aquisição de produtos da agricultura familiar nos anos de 2018 a 2020, percebemos que nos anos anteriores analisados (2016 e 2017) o município destinou um percentual superior ao mínimo exigido pela lei regulamenta a aquisição de alimentos para a alimentação escolar. Desta forma, o poder público municipal contribui para a inserção dos agricultores familiares locais aos mercados. (TRICHES, 2005, p. 197).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida evidencia que os moradores dos assentamentos pesquisados, inseridos em um município cuja produção agrícola desde as últimas décadas vem passando por alterações que culminam na redução da produção de alimentos e no crescimento de *commodities*, desenvolvem estratégias com a finalidade de garantir a sua soberania alimentar e a condição de permanecer na terra conquistada.

Embora os assentamentos façam parte do mesmo município e a estreita relação com a terra seja observada nos dois espaços, observamos que somente o Nova Esperança desenvolve a produção de alimentos tradicionais, estratégia que possibilita que os agricultores familiares deste território comercializem os seus produtos com o mercado institucional, se constituindo como uma fonte de renda.



Por fim, vale destacar que para que essas comunidades permaneçam em seus territórios e tenham melhores condições de se reproduzirem socioeconomicamente, é necessário o apoio do Estado através da implantação de políticas públicas que incentivem a produção agrícola nesses espaços rurais.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. **Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia**. In: Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, Ano 27, Vol. 1, n.36. Jan/jun, 2011.

COCA, E. L. F.; SANTOS, L. L. M.; SOUZA E SILVA, R. P. SALVATERRA, J. R. A **soberania alimentar na geografia brasileira**. TERRA LIVRE - N. 54 (1) 586-615, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST: 1979–1999**. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. (Tese de doutorado em Geografia).

_____. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Observatório Social de America Latina, Buenos Aires, v. 2, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Liberações - Consultas Gerais**. Disponível em: < http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2017&p_programa=C7&p_uf=SE&p_municipio=280240 > Acesso em 12 jul. 2021.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun.1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/495#resultado> > Acesso em 09 jul. 2021.



_____. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro. Disponível em: <
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/822#resultado>> Acesso em 09 jul. 2021.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro. Disponível em: <
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957#resultado>> Acesso em 09 jul. 2021.

MARTINS, José de Souza. “**A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**”. In: Os camponeses e a política: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes: 1981.

MARX, Karl. **O Capital**, livro I, tomos 1-2. Tradução F. Kothe. São Paulo: Abril, 1983, p. 165-208.

MENEZES, S. S. M. **Comida de ontem, comida de hoje, o que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas?** In: OLAM – Ciência e tecnologia. v. 1. p. 31, 2013.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; [SILVA, Paulo Adriano Santos](#); SILVA, H. R. C.. **Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe**. Confins [On line], 40/2019 URL: <https://journals.openedition.org/confins/20412?lang=pt>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007, 184p.

PADILHA, Valquíria. **Reflexões sobre o tempo livre e lazer** In: PADILHA, Valquíria. Shopping Center. A catedral da mercadoria. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 143-186.

PEIXOTO, Â. M. M; OLIVEIRA, A. R. de. **Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás**, Confins [Online], 48 | 2020, posto online no dia 08 dezembro 2020, consultado o 24 fevereiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/confins/34041>

RAMOS Filho. Eraldo. **O campesinato entre segurança e a soberania alimentar**. In: Ramos Filho et al. Estado, políticas públicas e território. São Paulo: Outras Expressões, 2015.



SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Nera. Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 – Jul./Dez. de 2005. Pp. 1-21.

STEDILE João Pedro; CARVALHO Horacio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos** III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada no Centro de Convenções do município de Fortaleza (CE), nos dias 03 a 06 de julho de 2007.

TRICHES, R. M. **Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural**. In: Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre. Editora da UFGRS. P. 181-200, 2015.